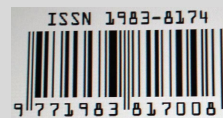


VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



A CRISE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA PÓS GOLPE DE 2016

Carla Zvertlana Sampaio¹, Maria Paula Jacinto Cordeiro²

Resumo: Este trabalho é uma pesquisa bibliográfica, que tem como temática a crise da educação pública brasileira e busca evidenciar as consequências da redução de investimentos públicos na educação, após o golpe que acarretou no afastamento de Dilma Rousseff do cargo de presidenta da república em 2016. A reflexão se volta para entender como as políticas educacionais que entraram em vigor com a assunção de Michel Temer à presidência, impactaram a educação básica, considerando seu funcionamento atual com a vigência dessas políticas. Os resultados apontam para o desmantelamento da educação básica que se expressa principalmente em evasão de estudantes, que se encontram alijados de seus direitos constitucionais por essas políticas, assim como a falta de infraestrutura das escolas devido a falta de investimentos, que não abrange a quantidade de alunos nas escolas de tempo integral devido a reforma do ensino médio e as implementações de políticas como a BNCC, também pontuando a ausência de novo professores para abarcar essas demandas e a falta de formação continuada dos professores já atuantes.

Palavras chaves: Corte de investimentos. Educação pública. Golpe de 2016. PEC 241/2016.

1. Introdução

A educação brasileira vem sofrendo com o desmonte das políticas públicas e cada vez mais se distanciando da proposta dada pela constituição brasileira de 1988, em seu artigo 205 quando determina que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ao longo dos anos vários avanços foram efetuados, inclusive com a implementação de ações afirmativas como políticas de Estado, que representaram avanços em relação a oportunizar uma educação democrática e de qualidade para todos.

Compreende-se que o Golpe de 2016 foi o pontapé inicial para os ataques às políticas voltadas para a educação que se instalam como

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: carla.zvertlana@urca.br

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: paula.cordeiro@urca.br

VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



retrocessos e acabam por comprometer o futuro de toda uma geração de brasileiros. Com a PEC nº 241/2016, que congela os gastos públicos em 20 anos, a reforma do ensino médio e a implementação de uma BNCC, o ensino e aprendizagem brasileiro viriam a ser impactados diretamente.

Nesse sentido, a análise e a investigação sobre a atual situação da educação pública se torna indispensável para identificar como as consequências das decisões governamentais influenciam o desmonte da educação pública levando a um cenário precário, desigual e impróprio para os alunos, afetando negativamente a aprendizagem e a permanência dos mesmos nas escolas.

2. Objetivo

Evidenciar o desmantelamento da educação pública brasileira a partir da análise dos cortes ao incentivo à educação e as políticas públicas destinadas a este setor. Verificar como a PEC 241/2016 impactou na educação básica; analisar os efeitos da Lei 3.415/2017 na mesma, num cenário de baixo investimento público em educação e identificar possíveis efeitos dos cortes de orçamento em educação no ensino e aprendizagem no mesmo contexto.

3. Metodologia

Trata-se de uma revisão de literatura, através de um levantamento bibliográfico direcionado para o objetivo deste estudo e por meio de dados nacionais. Norteando-se através de evidências que fomentam sobre as consequências causadas pelas decisões tomadas pelo ex-presidente Michel Temer durante seu mandato.

Este trabalho também contou com uma reflexão sobre o conteúdo, partindo de vivências das disciplinas de estágio I, II e III do curso de Ciências sociais, que impulsionaram a formulação deste estudo.

4. Resultados

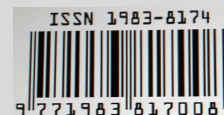
A PEC 241 e 55, nomeada pelos opositores como “PEC da morte”, tem como proposta o congelamento de gastos em 20 anos, deixando a possibilidade de investimentos públicos limitados. A educação pública que já possuía problemas e desfalques, agora sem investimento, se vê completamente afetada, precarizada e não conseguindo atender às demandas de alunos e de formação continuada de professores. Também há um fosso nos investimentos em infraestrutura, segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2017), o investimento de novos recursos na construção de escolas

VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



e os salários dos professores está em risco, assim como em outras instituições de ensino.

No que se refere a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), projeto criado em 1988 mas que teve a primeira versão publicada em 2015, “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver” (BRASIL, 2018, p.7), nele o ensino se torna unificado e limitado, não abrangendo a pluralidade de alunos e a singularidade de cada um, o que já se contrapõe a ideia de ensino democrático. Segundo Silva e Mei (2018),

A proposta de Base Nacional Comum Curricular vai justamente em sentido oposto ao entendimento de que enfrentar as desigualdades passa por respeitar e atentar para a diferença e diversidade de todos os tipos, desde a condição social até as diferenças étnico-raciais, de gênero, sexo etc. A padronização é contrária ao exercício da liberdade e da autonomia, seja das escolas, seja dos educadores, seja dos estudantes em definirem juntos o projeto formativo que alicerça a proposta curricular da escola. (SILVA; MEI, 2018, p. 297)

Dentro de um país tão grande e diverso, - cabendo pontuar, um país em que em 2021 registrou, segundo a FGV social, que 29,6% da população estava vivendo com até R\$497 mensais - dispor uma educação que iguala os indivíduos sem considerar as desigualdades sociais e étnico-raciais, não abarca os ideais democráticos e agudiza os impactos negativos de políticas neoliberais na educação.

Dentro dessa linha de organização neoliberal se encontra a Lei nº 13.415/2017, que modifica a carga horária das escolas de 800 horas para 1.000 horas anuais, juntando com a BNCC que determina uma carga horária de 1.800 horas, tornando o ensino regular um ensino de tempo integral em todas as escolas. Novamente, pode-se pontuar sobre a PEC 241 e 55, se a educação já encontrava dificuldades com uma demanda de ensino regular, com o aumento da carga horária essas dificuldades se multiplicam, uma vez que a falta de investimentos proporcionará o desgaste estrutural das escolas que comportarão alunos em tempo integral, assim como, uma superlotação, também não compreendendo as demandas individuais de cada aluno, bem como desconsiderando o investimento urgente na contratação de novos professores e formação continuada dos que já atuam na escola.

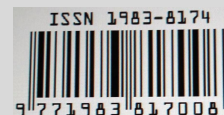
Por fim, não se pode ignorar o grande número de evasão escolar no Brasil. Segundo um estudo realizado pelo Ipec para a UNICEF (2022, *online*), 2

VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



milhões de meninos e meninas de 11 a 19 anos saíram da escola antes de terminar os estudos, ainda ressaltam que “eles se somam a outros milhões que estão na escola, sem aprender, em risco de evadir. É urgente investir na inclusão escolar e na recuperação da aprendizagem.” Esse estudo é uma amostra do que a educação pública está passando, viabilizando um desmonte da base educacional e regredindo no desenvolvimento da educação pública no país.

5. Conclusão

Com o estudo apresentado, conclui-se que as mudanças na educação a partir do ano de 2016 trouxeram danos significativos às escolas e alunos de todo país, podendo ressaltar que direitos constitucionais voltados à educação não estão sendo cumpridos. O art. 206 da Constituição Federal fortalece esse pensamento com os seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1998)

E como vemos nos resultados deste estudo, a educação segue em um sentido contrário a maioria desses princípios e seu desmonte continuará afetando cada vez mais significativamente o futuro dos brasileiros.

6. Referências

BRASIL. [Arts. 205 e 206 Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 nov. 2022.

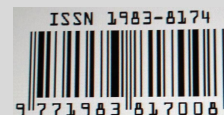
_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. Brasília: MEC, 1998. Disponível em:

VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV
Semana
de Iniciação Científica da URCA
e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *In: Balanço realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação mostra que somente 30% dos dispositivos previstos para 2015, 2016, 2017 e 2018 tiveram algum avanço e somente um foi cumprido integralmente, mas com atraso.* São Paulo, SP, 2018. Disponível em:

<https://campanha.org.br/noticias/2018/05/30/depois-de-4-anos-de-vigencia-do-plano-nacional-de-educacao-dentre-os-dispositivos-com-prazo-entre-2014-e-2018-somente-um-foi-cumprido-integralmente-e-30-parcialmente/>Acesso em: 12 nov. 2022.

NERI, Marcelo C. **Mapa da Nova Pobreza.** Rio de Janeiro, RJ, junho/2022 - FGV Social. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza> Acesso em: 09 nov. 2022.

SILVA, João Paulo de Souza da; MEI, Danielle Scheffelmeier. O desmantelamento do direito à educação pós golpe. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 289-306, jul./out. 2018. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

UNICEF. **Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF:** São Paulo, SP, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 12 nov. 2022.